



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1013827-56.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Drillmine Exportadora e Importadora Ltda**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DRILLMINE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA, já qualificada, ajuizou a presente ação de revisão de contrato bancário contra BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, também qualificado, alegando tenha firmado contrato de empréstimos para investimento com o requerido e, com a intenção de honrar seus compromissos, contratou também "*Cheque Empresa – Business*", a fim de refinanciar saldo negativo em prestações fixas, com juros um pouco mais baixos, cujas prestações eram debitadas diretamente de sua conta corrente, reclamando a cobrança de juros abusivos e capitalizados, afrontando a Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, passando aí a impugnar a cobrança de comissão de permanência cumulativamente a encargos moratórios o que é vedado pela Súmula 30 do STJ, requerendo inversão do ônus probatório, em decorrência de sua posição como parte hipossuficiente, por aplicação do art. 6º, inciso VIII, do CDC pugnando pela revisão dos contratos para aplicação da taxa legal de juros com capitalização anual, observada a taxa de 12% ao ano, excluindo-se a cumulação de encargos moratório, determinando-se a devolução dos valores descontados indevidamente com juros e correção monetária, condenando-se o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

O réu apresentou contestação impugnando o valor dado à causa, na medida em que deve corresponder ao valor de todos os contratos questionados, incluindo o valor que deseja receber a título de dano moral, não podendo ser atribuído o valor de R\$ 60.000,00 como constou da inicial, alegando, ainda, inépcia da petição inicial porquanto não observado o art. 330, §2º, do CPC, vez que não tenha discriminado os valores e cláusulas dos quais discorda, além de ter deixado de pagar o valor incontroverso e, ainda, alega a falta de causa de pedir, na medida em que afirma a existência de irregularidades no contrato, de forma genérica, além de ser incabível o pedido de exibição de documento por faltar *fumus boni juris* e *periculum in mora*, enquanto no mérito sustenta a legalidade das taxas, tarifas e encargos moratórios cobrados, afirmando seja inaplicável o Código de Defesa do Consumidor ao caso na medida em que não existe relação de consumo, postulando a observância da *pacta sunt servanda*, concluindo pela não existência cláusulas abusivas no contrato, de modo a afastar a ocorrência de onerosidade excessiva a autorizar a revisão do contrato, batendo-se pela constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 e pela inaplicabilidade dos juros de 12% ao ano, concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial, acrescentando que o valor da causa é de R\$ 300.000,00 e não R\$ 60.000,00, como impugnado na contestação, além do que não seja inepta a inicial porquanto reclama a cobrança abusiva da capitalização de juros de todas as operações de crédito realizadas com a requerida e, quanto à alegada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

inexistência de causa pedir, afirma não tenha o banco disponibilizado todos os contratos, de modo que juntou apenas aquele que tinha cópia, de forma que pediu a exibição de todos os contratos, devendo ser rejeitada, ainda, a tese de impossibilidade jurídica do pedido, pois, já pacificado o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor seja aplicável nas relações bancárias.

É o relatório.

DECIDO.'

Preliminarmente, petição inicial é tecnicamente inepta, atento a que nosso processo civil seja guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 319, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “*a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida*”, pois da clareza desses dados dependerá “*que o réu possa preparar sua defesa*” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS <sup>1</sup>).

Mas não é só: “*atos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO <sup>2</sup>).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator <sup>3</sup>).

Prova de que nosso processo civil adota tais preceitos vem descrita expressamente no §2º do art. 330, do Novo Código de Processo Civil, que assim determina: “*nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito*” (o grifo é nosso).

<sup>1</sup> MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

<sup>2</sup> CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

<sup>3</sup> LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, *"não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)"* - cf. GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS – os grifos são nossos <sup>4</sup>.

E assim se exige porque, ainda segundo apontado na doutrina, *"houve um equívoco cometido nos primeiros tempos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor: o de se pressupor estar diante de um contrato com cláusulas necessariamente abusivas, tão somente pela desigualdade das posições das partes, na formação do contrato de adesão"* (cf. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros <sup>5</sup>).

A partir dessa equivocada premissa, conclui TERESA ARRUDA ALVIM, *"muitas dessas ações foram ajuizadas sem um mínimo de fundamento fático ou jurídico, no intuito exclusivo de protelar o cumprimento de obrigações contratuais, sendo evidente a má-fé (processual e contratual) por parte desses autores"* (idem, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros <sup>6</sup> - os grifos constam do original).

A inépcia da inicial, portanto, é manifesta, dada sua ampla generalidade frente à discussão proposta. Diante dessas considerações, fica evidente que a pretensão de ver realizada perícia contábil tem objetivo exclusivamente protelatório. Rejeita-se a postulação, portanto, nessa parte.

No mérito, temos que o autor reclama da taxa de juros aplicada, uma vez que o contrato em discussão não estabelece as taxa de juros, e sendo omissa, deveria ser aplicada a taxa de 6%, prevista no art. 406 do Código Civil.

Ocorre que, como se vê da cédula de crédito bancário de fls. 28 e seguintes, juntado pelo próprio autor, bem como da leitura da própria causa de pedir, trata-se, no caso analisado, de várias operações bancárias para liberação de crédito ao autor, e em todas há previsão de juros pré-fixados, não prosperando a alegação de os juros não foram previamente estipulados.

Ou seja, cuida-se de contratos com juros pré-fixados, e em tais circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, impossível se falar em capitalização, atento a que *"no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros"* (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>7</sup>).

E assim é porque *"em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem*

<sup>4</sup> GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, n. 3. ao art. 330, p. 844.

<sup>5</sup> TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

<sup>6</sup> TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

<sup>7</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

*acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>8</sup>).*

Ou seja, não procede o argumento da capitalização dos juros.

Quanto à taxa desse juros, reclamadas pelo autor por terem sido contratadas em desacordo com o que prevê a Súmula 121 do STF, cumpre lembrar que “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>9</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

No que diz respeito à comissão de permanência, observa-se que não houve demonstração da aplicação abusiva da comissão de permanência, o que impede de conhecimento do tema, falta precisão ao argumento, inclusive porque não se vê em que postulação do banco réu se acha embutida dita cobrança.

O(a) autor(a) sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por DRILLMINE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA contra Banco Santander (Brasil) S/A, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 18 de julho de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>8</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)

<sup>9</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)